

## ➤ Pregão Eletrônico

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 04/2021

Processo Administrativo n.º 1.23.000.000985/2021-56

SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.056.054/0001-95, com sede na Conj. Amapá, Alameda A, nº 313 – Souza, CEP: 66083-290, Belém-PA, inscrita e devidamente qualificada no processo administrativo supracitado, representada por sua proprietária que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, apresentar a presente:

#### **CONTRARRAZÃO AO RECURSO**

interposto por PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### **I – DAS RAZÕES**

A RECORRIDA, titular da proposta mais vantajosa, foi devida e corretamente habilitada no certame licitatório. Mesmo assim, houve a interposição de recurso pela licitante PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME, como evidente tentativa desesperada e protelatória, já que a Recorrente não atendeu aos requisitos de habilitação técnica exigidos no Edital.

Entretanto, o recurso é falacioso, não se sustenta juridicamente, fundamenta-se em dispositivos isolados, sem considerar as disposições exigidas no Edital e seus anexos, jurídicas e razoáveis que confirmam o acerto na classificação da RECORRIDA, como demonstraremos nestas contrarrazões.

#### **II – DO JULGAMENTO OBJETIVO**

Os princípios norteadores do certame licitatório são de extrema importância no que tange ao julgamento das propostas, assim prescreve o art. 43 da Lei de Licitações, in verbis:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V- julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ...”(grifo nosso)

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz Toshio Mukai, in O Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, p.22: “o princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”.

Como visto, o julgamento das propostas não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

#### **III – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O Edital da licitação é o instrumento pelo qual são determinadas as regras a serem cumpridas pelos participantes no processo, sendo que seu conteúdo e exigências estão balizados no artigo 40 da Lei 8.666/93.

É impossível a execução de um certame sem que seja observado o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Sem este jamais poderá ser alcançado o Julgamento Objetivo, já que imperará a subjetividade e o animus contrahendi do julgador. Pari passu, também será impossível atingir o Princípio Constitucional da Isonomia, que estabelece a igualdade de condições entre os participantes.

Nesta matéria, destaca-se o entendimento do mais preclaro de todos os autores desta matéria, o saudoso Prof. Dr. Hely Lopes Meirelles (Licitação e contrato administrativo, 10 ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 29), que assim nos ensina sobre a vinculação ao edital:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, as propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.”

“Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato se afastasse do estabelecido, e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação.” (grifou-se)

O Pregoeiro, para determinar a habilitação ou não de um licitante, deve ater-se ao que está estipulado no edital. De acordo com o eminente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Roque Citadini, Comentários e jurisprudência sobre a lei de licitações públicas, 2. ed – São Paulo: Editora Max Limonad. 1997, pp 319:

“Como afirmado, a primeira verificação diz respeito à conformidade das propostas com o ato convocatório, não podendo a Administração se afastar das condições e exigências que fez, igualmente a todos quanto se interessassem. Não pode, por isso, inovar ou mudar, que acrescentando, quer diminuindo aquelas exigências. Disto resulta o especial cuidado na elaboração do ato de convocação, o qual não pode ter redação ambígua, que impeça sua correta interpretação, pois, só é aceitável a desclassificação por motivo relevante, do qual se possa, com clareza, demonstrar a afronta a requisito objetivo do ato convocatório”. (grifou-se)

Como já afirmado, o desprezo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da Lei 8.666/93) é condenado pela totalidade da doutrina:

“A vinculação ao instrumento convocatório cumpre triplo objetivo. De um lado, aferra a Administração ao direito,

na medida em que a sujeita ao respeito aos seus próprios atos. De outro, impede a criação de etapas ad hoc ou a eleição, depois de iniciado o procedimento, de critérios de habilitação ou julgamento destinados a privilegiar licitantes. Por fim, evita surpresas para estes, que podem formular suas propostas com inteira ciência do que deles pretende o licitador. Após o início da licitação, a única surpresa para os licitantes deve ser quanto ao conteúdo das propostas de seus concorrentes.” (Carlos Ari Sundfeld - Licitação e Contrato Administrativo, p. 21, Malheiros, 2ª ed., SP - 1995)

A vinculação ao instrumento convocatório é um dos princípios norteadores da licitação, estando contido no art. 3º, da Lei n.º 8.666/93, e é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Nesse sentido, já que não se pode exigir tratamento não previsto no edital, sob pena de afronta de morte ao princípio da adequação do certame aos estritos termos do edital, igualmente não se pode adotar condição diversa da prevista no certame, sob pena de violação à igualdade entre os concorrentes e lisura do julgamento pela própria administração. Nesse sentido, o Poder Judiciário já se pronunciou:

“EMBARGOS INFRINGENTES – LICITAÇÃO – ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO – Não é lícito a Administração fixar no edital a forma e o modo de participação dos licitantes, e no decorrer do processo exigir apresentação de documentação em desacordo com o solicitado, ou que não tenha sido solicitada. Isto porque o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no artigo 3º da Lei 8666/93 e reafirmada em seu art. 41 da Lei 8666/93, submete não só os licitantes como a Administração Pública a rigorosa observância dos termos e condições do edital. Embargos acolhidos, por maioria. (TJRS – EMI 70000019711 – 1º G.C.Cív. – Rel. Des. Genaro José Baroni Borges – J. 07.04.2000)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO. ENVIO DE PLANILHA DE CUSTOS. PRAZO INDETERMINADO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. VIOLAÇÃO. 1. Constitui violação aos princípios da isonomia, impessoalidade e eficiência, a utilização de expressões indeterminadas na fixação de prazo para o envio da planilha de custos em procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico, mormente quando para alguns licitantes foi fixado prazo certo (art. 37CF/88 e art. 5.(do Decreto n.º(5.450/05) 2. Apelação parcialmente provida. (TRF-4ª Região – REOMS 95557 RN 0010909-72.2005.4.05.8400 – Quarta Turma – Rel. Des. Federal Amanda Lucena (Substituto)– J. 11.11.2008)

O interesse público só está protegido quando cumpridas as regras previamente estabelecidas, sendo unicamente permitido (poder/dever) ao Pregoeiro inabilitar empresa detentora de documentação em desacordo com o edital (art. 48 da Lei nº 8.666/93). Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. AFASTAMENTO DE CRITÉRIO SUBJETIVO NA APRECIACÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. ILEGALIDADE DO ATO INABILITADOR DE CONCORRENTE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Arts. 5º, II, 37 e incs. XXI e LV, 84, III. Lei 6404/76. Lei 8666/93. Lei 8883/94. Lei 8987/95. Súmula 473/STF.

1 - Habilitação técnica reconhecida pela via de critérios objetivos não pode ser derruída por afirmações de índole subjetiva, contrapondo-se às avaliações vinculadas às disposições editalícias. A legislação de regência louva os critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório (§ 1º, art. 44, Lei 8666/93; art. 14, Lei 8987/95).

2 - O processo licitatório inadmitindo a discriminação, desacolhe ato afrontoso ao princípio da isonomia, numa clara proibição do abuso de poder por fuga à vinculação ao Edital. Ato, decorrente de expressas razões recursais, desconhecendo-as para fincar-se em outras de caráter subjetivo, fere o princípio da legalidade. No caso não se compõe a discricionariedade sob os alhores do interesse público, conveniência e oportunidade.

3 - Segurança concedida parcialmente. Por unanimidade, conceder parcialmente o mandado de segurança. (MS 5289/DF - 1997/0053243-7 - DJ de 21/09/1998 - p. 42 - RSTJ: 112/25 - Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA - Decisão: 24/11/1997 Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO - texto primitivo sem os grifos)

Uma vez não impugnado os termos do edital, este torna-se lei entre as partes, ou seja, vinculam tanto à Administração Pública quanto aos licitantes, não podendo dos seus termos se afastar. Tal princípio aplica-se a todas às fases do certame, tendo incidência tanto na fase de apresentação e julgamento da proposta vencedora da fase lances, quanto na fase habilitatória.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art 3º da Lei de Licitações c/c art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica. Agindo corretamente o pregoeiro quando inabilitou a empresa Recorrente no certame.

#### IV – CONCLUSÃO

A Administração Pública, por meio do Pregoeiro, equipe de apoio e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

“Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação da empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME no presente certame, face a não comprovação de das exigências técnicas estabelecidas no item 9.11, do Edital, conforme preceitua os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, dispostos no art. 3º da Lei 8.666/93.

#### V – DO PEDIDO

Ante todo o exposto requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que aceitou e habilitou a SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA no certame, dando prosseguimento as demais fases do processo licitatório.

Termos em que,

pede deferimento.

Belém, 18 de novembro de 2021.

SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS  
CNPJ nº 11.056.054/0001-95  
SILVANA DO NASCIMENTO  
PROPRIETÁRIA

**Fechar**